

O TURISMO DE FRONTEIRA E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO. UM ESTUDO DE CASO NOS MUNICÍPIOS DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO (BRASIL) E RIVERA (URUGUAI)

**Adriana Pisoni da Silva¹
Lidiane Pedroso Nascimento²**

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo principal analisar as problemáticas e possibilidades enfrentadas no campo do turismo de fronteira nos municípios de Sant'Ana do Livramento/BR e Rivera/UY. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram consultadas obras que abordavam temas como: fronteira, limites e planejamento público do turismo. A metodologia adotada é a pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, utilizando como técnicas a pesquisa bibliográfica, estudo de caso e entrevistas, junto aos gestores públicos dos municípios, associações e *trade* turístico. Na discussão dos resultados, verifica-se que os municípios não estão trabalhando de forma integrada, não há ações e projetos que façam os turistas visitarem as cidades e permanecerem não somente pelo segmento do turismo de compras. Conclui-se que os municípios precisam fortalecer a articulação regional do território para construção de um plano de desenvolvimento turístico integrado que atenda às necessidades dos turistas e da comunidade local, ampliando as alternativas de turismo para além do turismo de compras.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo, Planejamento Turístico, Desenvolvimento e Fronteira.

INTRODUÇÃO

As organizações públicas e privadas presentes nas cidades de fronteiriças provocam discussões interessantes e intrigantes de vários pontos de vista, como o legal, econômico, ambiental e também o turístico. Por estarem localizadas em espaços limítrofes, despertam inúmeras curiosidades, como a simples passagem de um país para o outro, conhecimento de um país vizinho, a tentativa de falar um idioma diferente ou pelo fato da cotação monetária, que favorece o estímulo as compras.

O objetivo dessa pesquisa é analisar as limitações e as possibilidades do turismo de fronteiras, tendo como estudo de caso os municípios de Sant'Ana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). Para tanto, tem como finalidade identificar as principais dificuldades que os órgãos públicos enfrentam na construção do turismo, bem como as possibilidades de avançar na construção de uma proposta para o turismo de fronteira, compreendendo também as relações políticas entre os dois municípios, entre a iniciativa privada e instituições locais.

¹ Bacharel em Turismo /PUCRS, Mestre em Planejamento Urbano e Regional / UFRGS. Professora do Curso de Turismo da UNIFRARS.

² Bacharel em Turismo /UNIFRARS.

A cidade brasileira de Sant’Ana do Livramento está situada sobre a fronteira seca, tem esta denominação por possuir uma linha limítrofe imaginária que une as duas cidades, com a República Oriental do Uruguai em frente à Rivera, a 488 km de Porto Alegre (capital do estado do Rio Grande do Sul). Limita-se ao leste com Quaraí, ao norte com Rosário do Sul, a oeste com Dom Pedrito e ao sul com Rivera-Uruguai formando uma fronteira peculiar em todo o mundo, pois, as duas cidades são separadas apenas por uma ampla Avenida chamada Almirante Tamandaré e o Parque Internacional, que é administrado pelas duas prefeituras. A cidade de Rivera localiza-se cerca de 500 km de Montevideu (capital do Uruguai) faz divisa com os municípios de Tacuarembó, Tranqueras, Vichadero e Sant’Ana do Livramento- Brasil. Pode-se salientar que são comuns os pontos turísticos em ambas as cidades, como a Praça Internacional, o Obelisco, Monumento “Elo”, o Cassino, o Teatro Municipal, e principalmente, o acesso aos *Free-Shops* de Rivera. As principais atividades econômicas predominantes desses dois municípios são a pecuária, seguindo-se o comércio, a indústria e a agricultura. A “Fronteira da Paz” é uma metáfora intitulada para se referir às harmônicas relações culturais e sociais entre a cultura e convivência dos habitantes moradores das cidades de Sant’Ana do Livramento e Rivera.

Considerando a complexidade desta região e a deficiência de estudos como este, torna-se clara a necessidade desta proposta, a qual poderá colaborar significativamente para uma discussão mais consistente junto aos atores envolvidos nesta atividade.

A metodologia adotada é a pesquisa qualitativa de caráter exploratório, a pesquisa de campo aplica-se entrevistas com questões semi-estruturadas e abertas e observações, realizadas durante os meses de julho a novembro de 2008. Por fim, apresentam-se os resultados da aplicação do instrumento de pesquisa, das observações e percepções.

FRONTEIRAS X LIMITES

É muito comum considerar como sinônimos os termos: fronteira e limite. No entanto, existem várias diferenças que passam despercebidas por aqueles que são leigos no assunto.

Conforme Machado (1998, p. 41) “fronteira implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere – o que está na frente.” e limite “para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna”.

Ainda, Machado (1998) reforça a idéia que fronteira está direcionada para fora e limite para dentro. E, que a fronteira pode ser fonte de perigo porque pode desenvolver vários tipos de interesse, no sentido de controle e vinculação, diferentes aos do governo central, mas por outro lado a fronteira pode ser um fator de integração, pois há um grande intercâmbio cultural, social e político entre os povos fronteiriços. Já o limite é criado e mantido pelo governo, não representando ameaças, pois não existe com vida própria, não sendo algo material, é um marco fixo, sendo somente um fator de separação de políticas soberanas.

Conforme Golin (2002, p. 14) “a fronteira é interpretada como uma faixa ou zona existente nos dois lados da linha divisória e de difícil precisão”. Portanto, os autores reforçam a idéia que fronteira é uma linha imaginária, que dá a entender que existe algo além, possui elementos simbólicos, carregados de diferenças culturais, sociais e políticas e limite algo que possui um término, algo estritamente geopolítico.

Alguns autores têm utilizado três tipos de classificação para fronteiras, Laureli Apud Golin (2002, p. 15) as distinguiu em três tipos:

Fronteira comum, quando possui uma mesma economia e uma identidade étnica em ambos os lados da divisória. 2.Fronteira ativa, em que cada lado realiza atividades diferenciadas e complexas, ainda que em ambientes similares, podendo ser complementares ou não, não qual se promovem maiores ou menores níveis de intercâmbio; caracteriza-se pela existência de núcleos urbanos em ambos os lados da linha, as chamadas cidades-pares. 3. Fronteira de trânsito, em situações em que existe apenas infra-estrutura de transportes, sem intercâmbio.

No campo das interações transfronteiriças, as situações de fronteiras são diferentes das do continente, devido às diferenças geográficas, do tratamento que recebe dos órgãos de Estado e do tipo de relação com os povos vizinhos.

A Faixa de fronteira brasileira representa, segundo Programa de Desenvolvimento da faixa de Fronteira - PDFF (BRASIL, 2007), aproximadamente 27% do território nacional (11 estados e 588 municípios) e reúne cerca de 10 milhões de habitantes. Geralmente, é uma região pouco desenvolvida economicamente e historicamente desamparada pelo Estado. Possui dificuldades de acesso a bens e serviços públicos, de acesso aos municípios, devido às estradas serem somente responsabilidade do governo federal, dificuldade de ações que incluam a comunidade, devido à falta de coesão social e problemas peculiares às regiões fronteiriças. Conforme PDFF (2007) a região da Faixa de Fronteira caracteriza-se geograficamente por ser

uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira e faz fronteira com dez países da América do Sul.

A elaboração e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da área de fronteira são dificultadas por barreiras legais, diplomáticas, falta de articulação do território com o centro político-decisório do país, e, em muitas vezes, pelos próprios estados a que pertence, consequência da falta de informações sobre a região e o elevado grau de informalidade de diversas ações executadas na linha de fronteira.

Uma característica importante do PDFF refere-se à abordagem da Faixa de Fronteira em Arcos e espaços sub-regionais que permite otimizar e catalisar o aproveitamento de peculiaridades da organização social, das características produtivas sociais, econômicas, políticas e culturais. A Faixa foi dividida em três arcos: Norte, Central e Sul e em dezessete sub-regiões.

O Arco Sul compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Sua diferenciação interna exige a distinção de pelo menos três sub-regiões principais: o Portal do Paraná; os Vales Coloniais Sulinos; e o segmento de fronteira da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (segmento conhecido como Campanha Gaúcha). Esta sub-região caracteriza-se pelo alto grau de urbanização, é composta por municípios de grande extensão e uma das principais bases de desenvolvimento reside no aproveitamento do potencial logístico e de integração dos países vizinhos.

Conforme o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF (2007), as cidades de Sant’Ana do Livramento e Rivera estão classificadas como cidades-gêmeas. Esses meios geográficos, apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, mas também os problemas característicos dessas fronteiras acabam por tornarem-se mais densos, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e de cidadania. E por esses motivos, é que as cidades-gêmeas devem ser prioridade nas ações políticas da zona de fronteira.

Portanto, percebem-se as muitas características em comum que as cidades-gêmeas possuem como a miscigenação dos povos e da cultura, o meio geográfico, ou seja, o território que elas ocupam que, na maioria das vezes, é muito parecido, e a economia que gira, geralmente, em torno das duas cidades limítrofes. No entanto, as problemáticas existentes também se intensificam devido as ações e programas das políticas públicas serem diferenciadas nos países de divisória, e isso dificulta o crescimento e desenvolvimento das cidades fronteiriças.

PLANEJAMENTO PÚBLICO DO TURISMO

O turismo no Brasil vem desenvolvendo-se ao longo de anos, mas ainda é muito frágil e na maioria das vezes não é aplicado adequadamente, pois há um déficit grande em profissionais capacitados trabalhando em todos os setores da área, mas principalmente em órgãos públicos.

Cruz (2000, p.9) trás a seguinte contribuição:

À política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientam o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada. Na ausência de política pública, o turismo se dá ao sabor de iniciativas e interesses particulares.

Nos dias atuais, se torna inevitável que todo planejador que queira trabalhar e criar projetos nessa área analise previamente todos os impactos, positivos e/ou negativos, que o turismo trás com ele. Dias (2003, p.13) escreve:

O Planejamento é importante instrumento de ação dos governos em todos os níveis, para promover o desenvolvimento econômico, em bases sustentáveis. (...) No entanto, em que pesem os importantes aspectos positivos do desenvolvimento turístico, há problemas que devem ser contornados e que podem trazer graves conseqüências para qualquer localidade(...).

No entanto sabemos que o impacto que o Turismo causa tanto na economia quanto na sociedade é de suma relevância, muitas vezes sem um planejamento adequado acaba por trazer desenvolvimento para Estados e municípios. Construir projetos sustentáveis, metas direcionadas sem a consultoria de profissionais do setor turístico é a realidade de muitos dos órgãos públicos de turismo.

Planejar o turismo de uma forma sustentável é um grande desafio, torná-lo economicamente viável, politicamente correto e socialmente justo é dever de todos, projetar planos de desenvolvimento sustentáveis requer inúmeras habilidades. Beni (2006, p.33) ressalta a idéia de que planejamento sustentável depende de:

(...) planos diretores que definam cenários de articulação da produção, identificação e integração dos atores sociais e agentes institucionais (*stakeholders*), gestão compartilhada e participação mutua em custos; que compreendam corretamente os impactos turísticos e a distribuição justa de custo e benefícios, a geração de empregos locais, inclusão social e a redução da pobreza;

Incluir a comunidade, fazendo-a ser ativa no desenvolvimento e crescimento faz parte do desenvolvimento endógeno que segundo Beni (2006, p.36) visa “(...) atender às necessidades e demandas da população local por meio da participação ativa da comunidade. (...) consiste em um enfoque territorial do desenvolvimento e do funcionamento do sistema produtivo.”

Beni (2006) ressalta a idéia que assim como o turismo trás crescimento econômico, trás transformação social e que o desenvolvimento do turismo atinge a estrutura demográfica com a criação de novos empregos, que geram êxodo rural, mas que também podem sustar a imigração, graças ao aumento de trabalho e que a criação de empregos acaba ocasionando mudanças na estrutura social das comunidades e nas instituições sociais. E para que os custos sociais sejam minimizados são necessários programas e ações da atividade turística associadas a um planejamento global da região.

Portanto, a inclusão da comunidade torna-se essencial na construção do turismo sustentável para uma cidade ou região, podendo gerar migrações positivas ou negativas para a localidade e para que a comunidade autóctone não seja prejudicada percebe-se a necessidade de que as ações ou programas sejam integrados ao planejamento público.

PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS DESSA FRONTEIRA

No município brasileiro de Sant’Ana do Livramento as principais problemáticas são: falta de infra-estrutura básica, qualificação dos prestadores de serviço e atendimento ao turista. Para Araujo³ “São questões ligadas à infra-estrutura para recebimento do turista. O atendimento ao turista é fraco, precisa de maior preparo e qualificação”.

Taxas cambiais, questões ligadas a leis brasileiras, a isenção de alguns impostos nos *free shops*, são questões que também acabam prejudicando o comércio do município, pois os turistas se interessam apenas pelas compras em Rivera. Conforme Oliveira⁴:

O nosso turismo ele é oscilante, a cotação monetária é o que orienta o fluxo turístico. O turismo predominante na região é o de compras. Por outra parte algumas proibições pela lei brasileira, que não existem no Uruguai, facilitam o turismo de jogos de azar, porque simplesmente o cidadão brasileiro pode atravessar uma rua e desfrutar de uma roleta de um cassino.

³ ARAUJO, Maira Angélica Fontes. Diretora executiva da ACIL – Associação Comercial e Industrial de Livramento em 17 de julho de 2008.

⁴ OLIVEIRA, Eduardo Ney. Secretário de Turismo de Sant’Ana do Livramento, em 21 julho de 2008.

O município de Sant’Ana do Livramento extrai poucos benefícios econômicos, por estar localizado em um espaço de fronteira. Muitos dos turistas não conhecem as belezas dos arredores e do próprio centro da cidade, utilizam do município apenas os serviços básicos e equipamentos turísticos, como serviços de alimentação e hospedagem. Outro problema identificado é em relação às pessoas que vêm somente para comprar nos *free shops*, como “laranjas”, que são aquelas pessoas remuneradas por empresários para vim comprar. Conforme Oliveira:

Os benefícios santanenses existem com a gastronomia, hotelaria, prestadores de serviços de combustíveis, acessórios de veículos, nós recebemos cerca de 20, 25 ônibus por fim de semana, que chamam de turistas, mas na verdade não é turista, são pessoas que vem fazer negócio, compram mercadoria no Uruguai e vão embora.

Para Hillal⁵ a variação da moeda também é o principal problema encontrado:

Eu não sei como vai estar o dólar daqui a um mês, por isso meu público-alvo tem medo de fazer as reservas. Outro problema identificado é a sujeira que existe na divisória, as crianças que ficam pedindo nas ruas, e os roubos que o policiamento não dá conta e essa situação prejudica muito a imagem do hotel e da cidade.

Portanto, destaca-se o problema da oscilação monetária, que não depende dos empresários, é uma variável imprevisível, e que apesar das entrevistas serem recentes, percebe-se algumas conseqüências da crise econômica em função do aumento do dólar. Devido à crise econômica dos Estados Unidos, instalada recentemente, já estão surgindo problemas relacionados ao fluxo turístico tanto de Rivera quanto em Sant’Ana do Livramento.

Em relação ao município uruguaio de Rivera as principais problemáticas identificadas foram à falta de infra-estrutura básica de serviços de atendimento ao turista, como hospedagem e serviços alimentação. Conforme Caballero⁶:

Neste momento a relação cambial favorece nitidamente a Rivera, no entanto a cidade de Livramento tem e oferece a maioria dos serviços, como hotelaria e gastronomia. Livramento tem uma infra-estrutura mais estável e melhor desenvolvida tecnicamente e isso é conseqüência de que os empresários brasileiros aproveitaram os momentos de abundância econômica para fazer investimentos, coisa que não temos conseguido que nossos empresários façam.

Assim, verifica-se que as preocupações e os problemas encontrados são parecidos e que de uma forma geral se complementam nos municípios de estudo. A criação e implantação de

⁵ HILLAL, João Gabriel. Gerente do Hotel Plaza Verde de Sant’Ana do Livramento em 5 de novembro de 2008.

⁶ CABALLERO, Washington. Diretor de turismo de Rivera, em 23 de julho de 2008.

projetos turísticos sustentáveis seria uma forma de ampliar o foco do turismo para outros atrativos que atrairiam outros tipos de turistas.

A primeira dificuldade encontrada no município brasileiro foi de aceitação por parte do poder público de que o turismo realmente existe. Para Araujo⁷ “falta investimentos, um plano básico de desenvolvimento turístico, falta de união entre iniciativa privada e poder público. Falta de ações em conjunto com Rivera. Iniciativas isoladas, sem continuidade, apoio e êxito. Foco somente nos eventos”.

Percebe-se que o fomento ocorre apenas em um segmento turístico, que são os eventos e o que se identifica, é um município que possui inúmeros outros atrativos que poderiam ser explorados turisticamente. Para Oliveira⁸:

A iniciativa privada que sempre vai ter o benefício econômico, ela que tinha que pegar e investir, mas eles não tem interesse, querem agir por conta própria. A prefeitura está pra facilitar a implantação de novos projetos ou empreendimentos, com impostos, água, energia, essas coisas.

Existem vários fatores que interferem no desenvolvimento do turismo no município de Rivera, mas o principal identificado é a falta de empreendedores que queiram investir no setor turístico, identifica-se a falta de agências de turismo receptivo, hotéis despreparados e falta de registro dos turistas que ingressam no município. Para Márquez⁹ o que mais dificulta o desenvolvimento do turismo na cidade é a falta de investimentos, divulgação e de infraestrutura turística:

Nós temos o turismo rural com paisagens lindas, calmas, boas para descansar do movimento das grandes cidades, mas daí caímos de novo na falta investimentos e faltam divulgação desses lugares, penso que falta apoio do Ministério do Turismo do Uruguai na divulgação do turismo rural, para que não tenhamos apenas a imagem do turismo de compras, porque senão nos tornamos uma cidade de passagem, onde as pessoas chegam pela manhã, fazem as compras e de noite vão embora, deixaram seus dinheiros nos *free shops* e em algum restaurante e nada mais.

Para Hillal¹⁰ um dos problemas identificados é “a inexistência do fórum regional de turismo e do conselho municipal de turismo, nós fazemos reuniões ou encontros para falar sobre o turismo, sobre os preços das tarifas, se aumentamos ou não, essas coisas.” Identifica-se a falta de conscientização e comprometimento, no desenvolvimento turístico nos municípios,

⁷ ARAUJO, Maira Angélica Fontes. Diretora executiva da ACIL – em 17 de julho de 2008.

⁸ OLIVEIRA, Eduardo Ney. Secretário de Turismo de Sant’Ana do Livramento, em 21 julho de 2008.

⁹ MÁRQUEZ, José. Presidente da Associação de *Free Shop* de Rivera em 5 de novembro de 2008.

¹⁰ HILLAL, João Gabriel. Gerente do Hotel Plaza Verde de Sant’Ana do Livramento em 5 de novembro de 2008

inexistência de projetos, ações e programas individuais e integrados, falta de investimentos, falta de infra-estrutura básica e serviços e equipamentos turísticos.

Políticas públicas de desenvolvimento do turismo são essenciais para a construção de um turismo sustentável em longo prazo, eixos que conduzam o crescimento e desenvolvimento correto do município são atitudes básicas que um órgão público deve tomar perante a função que lhe é cabida. No município brasileiro de Sant'Ana do Livramento foram identificadas algumas problemáticas em relação ao planejamento turístico, como falta de projetos, orçamento da secretaria insuficiente para realização de apoio a projetos extras municipais. Segundo Araujo¹¹:

Efetivamente acredito que não existam políticas públicas que ajudem neste desenvolvimento. O poder público age por demanda, quando aparece o problema busca a solução, não há um cronograma de ações com vista ao turista e aos eventos que busquem a permanência do turista em Livramento e não passe pela cidade e somente compre em Rivera. O orçamento da Secretaria de Turismo é uma vergonha.

São consideradas ações que ajudam a desenvolver o turismo nos municípios de estudo, as boas relações político-administrativas que são exercidas pelas prefeituras. Para Oliveira¹²:

As políticas ou ações que ajudam a desenvolver o turismo, primeiro que nada consta nas boas relações da intendência de Rivera com a de Livramento, departamentos de turismo e de cultura da cidade de Rivera e de Livramento normalmente fazem eventos em comum acordo.

Para Caballero¹³ os municípios de Sant'Ana do Livramento e Rivera são complementares, ou seja, o que é construído de um lado, não é construído do outro e que são essas as ações que ajudam o desenvolvimento do turismo nas duas cidades.

Livramento e nós estamos trabalhando fundamentalmente o conceito que somos um ponto turístico e que temos que nos complementar e nesse sentido há, por exemplo, situações muito especiais. Hotelaria e gastronomia são mais desenvolvidas do lado de Livramento do que Rivera, mas, no entanto a infra-estrutura maior de Rivera tendo tido a capacidade de desenvolver-se mais que Livramento, por exemplo, temos um aeroporto internacional, isso nos obriga a pensar que Livramento, não vai duplicar um serviço que já existe. Nós vamos complementando, por efeito da inteligência dos empresários e pelos incentivos econômicos que recebemos.

¹¹ ARAUJO, Maira Angélica Fontes. Diretora executiva da ACIL – em 17 de julho de 2008.

¹² OLIVEIRA, Eduardo Ney. Secretário de Turismo de Sant'Ana do Livramento, em 21 de julho de 2008.

¹³ CABALLERO, Washington. Diretor de turismo de Rivera, em 23 de julho de 2008.

Para que o desenvolvimento turístico das duas cidades ocorra é necessária uma visão maior de todos os agentes envolvidos, com objetivos, metas e prioridades e o que se percebe são ações particulares do setor privado e de algumas associações que crêem que o turismo pode se tornar um dos eixos da economia do município. Diagnosticar apenas os problemas e não buscar soluções sustentáveis, não fará uma cidade se desenvolver adequadamente através do turismo.

Programas e ações políticas são necessidades de todos os locais, conforme já citado, que querem desenvolver o turismo, porém em espaços fronteiriços, que por sua localização despertam interesse de muitas pessoas, devem se intensificar a comunicação e os projetos em comum, afim de que haja um maior aproveitamento de fluxo turístico. Conforme Araujo¹⁴:

Ações em nível político, creio que não, em nível de entidades e de elaboração de projetos para captação de recursos sim, pois enfatizam essa característica "*sui generis*" de ser a Fronteira da Paz, decretada Cidade Símbolo de Integração do MERCOSUL e com lei federal para ser aprovado o mesmo título, que até agora é a nível estadual. Como exemplo a Semana Farroupilha que faz projeto de captação para evento que tem a culminância no desfile de 20 de Setembro que começa em Livramento e termina em Rivera e conta com entidades de Livramento e Rivera.

No entanto, as ações políticas voltadas para o desenvolvimento dos espaços de fronteiras podem ser dificultadas por vários fatores, como citado pelo PDFF, e são esses fatores específicos de áreas de fronteiras que devem ser trabalhados para que o turismo possa trazer todos os benefícios que lhe é cabido. Para Oliveira¹⁵ não há ações ou programas diferenciados no município por este estar localizado em um espaço de fronteira.

Bem, a única que nós temos de diferença dos outros municípios do interior do estado, é que existe um limite da área de fronteira que é de 150 km, outra coisa todas as estradas que chegam nesses municípios de fronteiras são federais e por consequência a manutenção é federal, e por isso a manutenção é retardada. Nós temos o Porto Seco aqui de Livramento, não há no Brasil outro igual para recebimento e despacho de cargas em fronteira.

Portanto, percebe-se que existem algumas ações específicas em áreas de fronteiras, como o investimento na construção de um porto seco, para recebimento e despacho de cargas, mas faltam investimentos na manutenção das estradas, por estas serem estradas federais e dependerem de recursos do governo federal para manutenção.

¹⁴ ARAUJO, Maira Angélica Fontes. Diretora executiva da ACIL – Associação comercial e industrial de Livramento em 17 de julho de 2008.

¹⁵ OLIVEIRA, Eduardo Ney. Secretário de Turismo de Sant'Ana do Livramento, em 21 julho de 2008.

RELAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA

Nas relações político-econômicas entre os municípios de estudo percebe-se o “clima” de paz e harmonia. Para Araujo¹⁶ “O “clima” é de paz, tranquilidade, os governantes têm bom relacionamento, mas não desenvolvem ações em conjunto, cada um na sua cidade e com seus projetos”.

Para o secretário de turismo¹⁷ de Sant’Ana do Livramento, não há relações político-econômicas estabelecidas formalmente, existem alguns acordos que foram criados ao longo das administrações e outros que vão sendo criados conforme as necessidades.

A relação política, na parte diplomática ela existe, mas de uma forma tão informal, que nem dá pra lembrar-se dos acordos existentes, nós temos sim uma data pra trocar as bandeiras do Parque Internacional, uma data para trocar as bandeiras no Monumento do Elo. Políticas de fronteira, o principal é que ela não separa, ela une.

A relação político-econômica das duas cidades funciona bem, pois acordos estabelecidos funcionam regularmente e sem problemas maiores. Para Caballero¹⁸ “Nós temos um comitê binacional que administra a Praça Internacional e temos uma linha telefônica direta com o secretário de turismo de Livramento, fizemos trocas, nos ajudamos mutuamente, trabalhamos em comum acordo”.

Para Márquez¹⁹ “Temos uma boa relação com Livramento, todas as associações mantêm contato, reuniões, todavia devido a cotação da moeda quando uma cidade está bem outra não tanto, mas isso não tem jeito, é inevitável porque faz parte da fronteira”. Portanto, a relação político-econômica é boa e amigável, mas que é inevitável que quando uma cidade está bem à outra acaba ficando prejudicada, devido novamente a cotação monetária:

Existem alguns acordos criados por necessidades entre os dois municípios, mas não há ações ou projetos em conjunto que façam estas se desenvolverem turisticamente.

CONCLUSÕES

Os municípios estão em processo de planejamento ainda muito frágil, apesar do interesse dos órgãos públicos de desenvolver o turismo. A principal dificuldade encontrada nos municípios de estudo é a variação da cotação monetária, causando insegurança nos empresários para investir em produtos turísticos. Com isso, constata-se a precariedade de serviços e

¹⁶ ARAUJO, Maira Angélica Fontes. Diretora executiva da ACIL – em 17 de julho de 2008.

¹⁷ OLIVEIRA, Eduardo Ney. Secretário de Turismo de Sant’Ana do Livramento, em 21 julho de 2008.

¹⁸ CABALLERO, Washington. Diretor de turismo de Rivera, em 23 de julho de 2008.

¹⁹ MÁRQUEZ, José. Presidente da Associação de *Free Shop* de Rivera em 5 de novembro de 2008.

equipamentos turísticos para atender a demanda, que são principalmente os meios de hospedagem e restaurantes.

Em relação às políticas públicas desenvolvidas, percebem-se poucas ações ou programas individuais e integrados. Nota-se ainda, que não há presença de ações políticas diferenciadas nas cidades, por estas estarem localizadas em espaço de fronteira. Nesse estudo os municípios não estão articulados com nenhum tipo de consórcio ou Fórum Regional, e devido a isso, as ações integradas são mínimas em relação do que poderia estar sendo realizado.

Em relação, as possibilidades encontradas para o desenvolvimento do turismo na região, a sugestão é a de fomentar outros segmentos turísticos nos municípios, para que eles não dependam apenas dos *Free Shops* e principalmente da variação da cotação monetária.

Considerando o conjunto das reflexões desse estudo, propõe-se aos municípios da fronteira que, para o fortalecimento do turismo de fronteira, seja construído um plano de desenvolvimento turístico integrado, com programas e ações integrados entre Sant'Ana do Livramento e Rivera, para que os dois municípios possam ser beneficiados pelo fluxo turístico existente na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. PDF. Brasília, Julho de 2007.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

GOLIN, Tau. **A fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

MACHADO, Lia Osório. **Limites, Fronteiras, redes**. In: **Fronteiras e espaço global** / [et al]. STROHAECKER, Tânia Marques (org). Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 1998.